

Paraná tem seis cidades no top 20 de saneamento do país

Ranking destaca serviços de coleta e tratamento de esgoto

O Paraná colocou seis municípios entre as 20 com melhores indicadores de saneamento do Brasil, segundo o Ranking do Saneamento 2026, divulgado pelo Instituto Trata Brasil.

Foz do Iguaçu, Maringá, São José dos Pinhais, Ponta Grossa, Londrina e Curitiba aparecem na lista, com destaque para coleta e tratamento de esgoto.

A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) lidera entre as empresas, com maior número de municípios no grupo.

O levantamento considera as 100 cidades mais populosas do país e utiliza dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa).

Entre os municípios do estado, São José dos Pinhais teve a maior evolução entre 2025 e 2026, com avanço de 12 posições. Maringá e Londrina também subiram no ranking. Curitiba aparece como a terceira melhor capital no índice geral e lidera no indicador de coleta de esgoto, com cobertura total. Maringá e Ponta Grossa também estão entre as 20 melhores nesse quesito.

No tratamento de esgoto, o desempenho inclui quatro cidades entre as 10 melhores do país: Maringá, Cascavel, Curitiba e Londrina, todas com nota máxima no indicador.

Os dados mostram diferença entre os índices do estado e a média nacional. No Brasil, 56,7% da população tem acesso à coleta



Divulgação/Sanepar

Indicadores apontam avanço na coleta e no tratamento de resíduos nos municípios

de esgoto e 51,8% ao tratamento. Nos municípios mais bem colocados do Paraná, esses percentuais ficam próximos ou acima de 90%. Entre os 20 melhores do país, a média é de 98,08% de coleta e 77,97% de tratamento.

No abastecimento de água, 28 cidades já atingiram as metas de universalização previstas no Marco Legal do Saneamento. Desse grupo, 11 têm cobertura total. Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina e Ponta Grossa estão entre os municípios.

Segundo a Agência Estadual de Notícias (AEN), o desempenho está ligado aos investimentos. A Sanepar tem planos para

ampliar a cobertura até 2033, com meta de atender 99% da população com água e 90% com coleta e tratamento de esgoto.

Entre 2025 e 2029, estão previstos mais de R\$ 13 bilhões em obras e projetos, com mais de 500 frentes em andamento. Até 2030, outros R\$ 6,75 bilhões devem ser aplicados na expansão e modernização dos sistemas.

Os resultados já aparecem nos dados operacionais. Em janeiro e fevereiro deste ano, a companhia coletou e tratou 80,6 bilhões de litros de esgoto, com crescimento de 2,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A ampliação da rede incluiu

mais de 100 mil novas ligações, o que contribuiu para reduzir o volume de resíduos descartados no meio ambiente.

O ranking também avalia indicadores como eficiência dos serviços e volume de investimentos por habitante, o que permite comparar a evolução entre municípios ao longo dos anos.

No caso do Paraná, os dados indicam manutenção de níveis elevados nesses critérios, com presença constante entre os melhores colocados. O estudo ainda aponta que a ampliação da infraestrutura contribui para reduzir impactos ambientais e ampliar o acesso da população.

RS: Ceasa fecha 2025 com superávit recorde

As Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (Ceasa-RS) encerraram 2025 com superávit de R\$ 3,7 milhões, o maior resultado financeiro já registrado pelo órgão, de acordo com o balanço anual divulgado pelo governo estadual.

O desempenho está relacionado a medidas de gestão, reorganização administrativa e ampliação das atividades no complexo, que reúne produtores, empresas e trabalhadores ligados ao abastecimento.

O entreposto concentra cerca de 11 mil trabalhadores, sendo aproximadamente 10 mil com atuação contínua e cerca de mil safristas que reforçam as operações em períodos de maior demanda.

A estrutura movimenta mais de 50 mil empregos indiretos em diferentes etapas da cadeia produtiva, incluindo produção, transporte, distribuição e comercialização.

Ao longo de 2025, 1,4 mil produtores rurais utilizaram o espaço de venda direta para comercialização de itens.

Além disso, 308 empresas operaram nas áreas concedidas, atuando com hortifruti-granjeiros, carnes, pescados, flores, embalagens e outros produtos. O complexo mantém 533 lojas ocupadas e registrou mais de R\$ 2 milhões na venda de novos espaços comerciais no período.

A ocupação dos pontos e a busca por novas áreas ocorreram após a redução dos impactos das enchentes, indicando a retomada da atividade econômica. Empresas já instaladas ampliaram operações e novos grupos passaram a buscar espaço no entreposto, o que contribuiu para o aumento da movimentação.

A Ceasa reúne mercadorias de diferentes origens.

Ao todo, 179 cidades comercializam produtos no local, o que representa 63% da produção estadual vendida.

O complexo também recebe itens de 24 estados e de outros 17 países, os quais correspondem a 2,72% das vendas de produtos importados.

Para 2026, a previsão é de ampliação das receitas e diversificação dos serviços. Entre as iniciativas previstas está a implantação da plataforma Ceasa Conecta, que contará com módulo de compras públicas. Também está em planejamento pela Ceasa-RS a abertura de novas oportunidades dentro do complexo.

MPSC busca solução para loteamento desestruturado em Balneário Gaivota

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) está articulando uma solução conjunta para viabilizar a implantação de infraestrutura em área urbana do município de Balneário Gaivota (SC), que reúne cerca de 6 mil lotes sem serviços básicos.

A iniciativa envolve a prefeitura municipal e os proprietários, com possibilidade de participação no custeio das obras, como rede de água, esgoto, drenagem e pavimentação. Interessados devem procurar a Secretaria de Planejamento em até 60 dias para adesão ao modelo proposto.

A atuação ocorreu por meio da 3ª Promotoria de Justiça de Sombrio (SC), no âmbito de um processo judicial em andamento. A proposta foi apresentada após decisão liminar concedida em



Divulgação/MPSC

Ação propõe parceria entre empresas e prefeitura para obras

2025, que determinou providências para a regularização.

Parte das medidas solicitadas ainda não foi executada, o que levou à busca por alternativa com participação dos envolvidos.

O loteamento foi registrado

em 1955 e aprovado na década de 1970, mas não teve as obras exigidas implantadas.

A apuração teve início em 2021, após identificação da venda de terrenos sem infraestrutura. O caso evoluiu para inquérito ci-

vil e indicou descumprimento de exigências legais.

Busca por soluções

Em reunião recente, representantes do MPSC, da prefeitura municipal e de empresas discutiram a proposta de cooperação.

O modelo prevê divisão de custos e execução conjunta das intervenções necessárias para integrar a área à estrutura urbana.

O Ministério Público mantém a proibição de venda ou negociação de terrenos, conforme decisão judicial, para evitar prejuízos aos compradores.

A restrição segue válida até a regularização completa. A medida também busca impedir o agravamento da situação e garantir o cumprimento das normas urbanísticas e ambientais aplicáveis.